

jornal da tarde

Publicado pela S A O ESTADO DE S. PAULO

Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598

São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO

Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1873

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável
RUY MESQUITA

Diretores

Julio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

Cesar Tacito Lopes Costa

Jose M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernao L. Mesquita

Editor Chefe

Celso Kinjo

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Orlando Marques

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

Zélia tem razão

Apesar de sua inusitada violência contra os cidadãos e as empresas, o Plano Collor I não foi aquele **ippon** — o golpe perfeito com que um lutador de artes marciais orientais derrota seu oponente — nem aquele tiro certo (e único) com que o presidente Fernando Collor de Mello prometia acabar com a inflação ou, pelo menos, trazê-la para níveis aceitáveis. Neste momento em que nem mesmo o congelamento consegue reduzir expressivamente a inflação, o Plano unanimemente aclamado pelos economistas, por ocasião de seu lançamento, como algo novo, abrangente e “consistente” vai ter o destino que merece: o arquivo da História. Não haverá mais planos como esse, diz a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

A inflação brasileira, admite a ministra com bastante atraso, não pode ser combatida por pacotes, por estar “arraigada” demais na economia e na “cultura” das pessoas. “Pretendemos derrotar a inflação apenas com reformas estruturais profundas”, declarou ao **Jornal da Tarde**. Dessa maneira, a ministra esclarece a afirmação que fizera na cidade japonesa de Nagoya, no domingo, segundo a qual os padrões adotados pelos países desenvolvidos para se avaliar a inflação não podem ser aplicados ao caso brasileiro.

A ministra Zélia e o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, acreditam que terão dificuldades para convencer o FMI de que a inflação de um país como o Brasil precisa ser analisada segundo critérios diferentes daqueles adequados aos países plenamente desenvolvidos e com economias estabilizadas.

Não vemos razão para esses temores. O FMI terá de verificar se o governo brasileiro fez e está fazendo o que deve ser feito no seu próprio “território” para conter o déficit. E ninguém tem o direito de criticar a atuação do governo Collor nesse particular. Até aqui, pelo menos, o déficit está

contido e o Tesouro Nacional tem até apresentado superávits de caixa todos os meses. Também a política monetária tem seguido o receituário do FMI. Se seus resultados nem sempre correspondem às expectativas do presidente do Banco Central, não é por culpa dele.

Assim, se depois de instalada a maior recessão da nossa história, em consequência do rigor das políticas fiscal e monetária do governo, a inflação permanece em níveis obscenos, parece evidente que tem razão a ministra Zélia quando afirma que a inflação brasileira tem razões que a razão do FMI desconhece.

Não havendo muito mais a fazer em termos de contenção de despesas, chegou a hora de, conformando-se com a renitência da inflação, tratar de acabar com a recessão e partir para a reativação da economia por meio do incentivo a novos investimentos nacionais e estrangeiros.

Com as despesas controladas nos limites permitidos pelo comportamento de um Congresso que vive de criar encargos para o governo sem pensar nos meios de este arcar com eles, o governo pensa, agora, em aumentar suas receitas mediante a reativação da economia.

A prioridade, agora, sem abandonar a rigidez das políticas fiscal e monetária, é estimular a retomada dos investimentos com mudanças estruturais que removam os obstáculos ao crescimento econômico.

O Projeto de Reconstrução Nacional é o instrumento de que o governo dispõe para atingir esse objetivo.

A aprovação, pela Câmara Federal, do projeto que isenta do IPI as vendas de máquinas e equipamentos é o primeiro resultado concreto desse Projeto — o Projeto.

Outras 11 medidas com o mesmo objetivo serão enviadas ao Congresso ainda este mês. O governo está fazendo a sua parte. Esperamos que o Congresso faça a sua.